

Poder político e empreguismo no “Governicho”: analisando alguns documentos do acervo de João de Barros Cassal

Rejane Silva Penna¹



Fontes Históricas

Resumo

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS) guarda importantes acervos documentais, entre eles, o Arquivo Particular de João de Barros Cassal, jornalista sul-riograndense, diretor do jornal A Federação, chefe de polícia do Rio Grande do Sul entre 1889 e 1892 e membro da Junta Governativa Gaúcha no chamado “Governicho”. Nesse período, deu-se a constituição do acervo, o qual não contém documentos pessoais, mas registros de ações diretamente relacionadas às atividades de Barros Cassal na vice-governança do Estado. Descreve-se aqui, as operações do novo arranjo do Arquivo Particular João de Barros Cassal, após seu recebimento pelo AHRGS e reflete-se, a partir de alguns dos documentos, sobre a nociva, atual e freqüente tentativa de fincar alicerces para fortalecer e ou perenizar estruturas de poder através da formação de uma rede de apoio baseada na concessão de cargos públicos.

Palavras-chave: Arquivo Particular de João de Barros Cassal. Fontes Históricas. Rio Grande do Sul. Política.

Political power and favoritism in the “Governicho”: analyzing some documents of the João de Barros Cassal Collection

Abstract

The historical archives of Rio Grande do Sul (AHRGS) holds important documental files, among them, the private file of João de Barros Cassal, journalist from the state of Rio Grande do Sul, director of the journal The Federation, chief of police in Rio Grande do Sul between 1889 and 1892 and member of the “Provisory Government”, in the so called “Governicho”. In this period, the archive was assembled, containing only registries of actions linked directly to Barros Cassal activities in the vice-governance of the State and no personal files. Here, the operations of the new arrangement of the private files of João de Barros Cassal are described, after it was received by the AHRGS, and a reflection is made from some documents about the harmful, current and frequent attempt to fix foundations to reinforce and/or perpetuate structures of power through the formation or a network of support based on the concessions of public office positions.

Key-words: Private collection of João de Barros Cassal. Historical sources. Rio Grande do Sul. Politics.

Considerações iniciais sobre o “Governicho” e o empreguismo

As instituições e práticas políticas ocorrem em tempos e lugares preenchidos pela experiência histórica. Dessa forma, a documentação guardada nos lugares da memória pode iluminar novos ângulos e suscitar muitos questionamentos, pois:

Os arquivos históricos contemplam o registro da experiência humana em atas, jornais, proclamações, registros, fotografias, diários, vestígios orais e visuais, enfim, toda aquela gama de elementos que são a matéria-prima para discutir o que já foi estabelecido ou reconstruir de outra forma trajetórias de grupos, cidades, pessoas e acontecimentos. Se o historiador, formado ou não, esquecer-los, privilegiando a representação contida nos livros (indispensáveis, mas não autoformadores e autossuficientes) as lacunas permanecerão... (PENNA e GRAEBIN, 2009, p. 9)

Pensando assim, escolhi alguns documentos do Arquivo Particular de João de Barros Cassal, para refletir sobre a nociva, atual e freqüente tentativa de fincar alicerces para fortalecer e/ou perenizar estruturas de poder através da formação de uma rede de apoio baseada na concessão de cargos públicos.

Como cenário, temos o Brasil, no final do conturbado século XIX, em pleno processo de construção republicana no lugar do Império, formatando as relações entre sociedade e instituições políticas formais.

Iniciava-se o período conhecido como República Velha (1889-1930) e, como já é conhecido, as eleições apenas se efetivavam quando as Assembléias Legislativas ou Câmara de Deputados tivessem analisado e completado o processo de reconhecimento dos resultados eleitorais, sendo que:

Os ‘coronéis’ locais entravam em acordo com os governadores e com o presidente da República para garantir resultados que agradassem ao sistema dominante. Favores pessoais e empreguismo de um lado, e repressão de outro, caracterizaram fortemente as relações políticas neste período. (NUNES, p. 48, 2003)

E foi esse modo dominante, de articulação entre sociedade e sistema político, que se configurou como um dos traços distintivos da República Velha.

Direciono o foco ao Rio Grande do Sul e ao curto período do “Governicho”, nome pejorativo que o próprio Julio de Castilhos impôs ao Governo que o substituiu em 12 de novembro de 1891, quando assumiu a Junta Governativa Gaúcha, após a tentativa de golpe de Estado por parte do Presidente da República Deodoro da Fonseca e o subsequente abandono do governo estadual por Julio de Castilhos.

Um tetravirato foi exercido por Joaquim Francisco de Assis Brasil, João de Barros Cassal, Domingos Alves Barreto Leite e Manuel Luis da Rocha Osório.

O programa de governo mencionava, entre seus vagos objetivos, fazer a sociedade recuperar o sossego perdido, combater a ditadura e presidir, com a maior imparcialidade, a eleição que se deveria realizar. A oposição via de forma extremamente

Poder político e empreguismo no “Governicho”: analisando alguns documentos do acervo de João de Barros Cassal
Rejane Silva Penna

ácida, o governo que se constituía, conforme se verifica na narrativa de Othelo Rosa, admirador e correligionário de Julio de Castilhos, declarando que “forjado no improvisado, esse governo vae viver vida ephemera e ingloria, na fraude e na apparencia. Tudo desfaz e derruba: nada constróe”. (1928, p.146).

Enquanto isso, nos municípios, também eram formadas juntas provisórias, que derrubavam os castilhistas. “Os desacoroçoados permaneceram fiéis a Castilhos, mesmo porque se espalhou uma onda de perseguições e retaliações, cuja ação sub-reptícia passou a conspirar para a elisão do regime ascenso” (AXT, 2002, p.13).

Em resposta às movimentações gasparistas, Barros Cassal outorgou, às pressas, uma Constituição em 29 de março de 1892 e postergou, mais uma vez, a convocação de eleições, com o que pretendia ganhar tempo, para expandir a base de sustentação política dos dissidentes, em detrimento dos liberais coligados (FRANCO, 1988, p. 124-125; ESCOBAR, apud AXT, 2002, p.14).

O “Governicho” marcara eleições para uma “Convenção Rio-Grandense”, porém o pleito foi sucessivamente adiado. Designada inicialmente para 25 de fevereiro, a eclosão de um motim castilhista em quatro do mesmo mês, na capital do Estado, determinou seu adiamento para 21 de março, depois, para 13 de maio e, ao final, para 21 de junho. Antes disso, porém, o “Governicho” foi derrubado a 17 de junho de 1892 e Júlio de Castilhos repostado no poder. (FRANCO, s/d, p.7)

Em seu período no poder, a Junta Governista tratou de realizar, o mais rápido possível, a substituição de pessoas no maior número de cargos públicos do Estado. Todos os cantos foram vasculhados e onde houvesse alguém ocupando, desde o mais humilde, até cargos de importância fundamental, promovia-se alterações. Segundo Rosa:

Os actos do “governicho” excellen pela variedade e pelo ilogismo. Chocam-se, cruzam-se, numa sarabanda allucinante. Com um golpe de penna, declara sem effeito todos os actos e decisões anteriores, desorganiza de alto a baixo a administração e não se preoccupa, ou não pôde dar nova ordem aos serviços públicos. Dissolve violentamente o Superior Tribunal do Estado. (1928, p.147)

Os documentos do Arquivo Particular Barros Cassal permitem a comprovação desse movimento político, a partir das centenas de bilhetes, telegramas, cartas e rascunhos de atos oficiais, nomeando, destituindo, indicando, aceitando ou negando nomes de pessoas para ocupar a estrutura do Estado.

Poder político e empreguismo no “Governicho”: analisando alguns documentos do acervo de João de Barros Cassal
 Rejane Silva Penna

Oportuna, ainda, se torna a análise dessa documentação porque quase que imediatamente, Barros Cassal torna-se a principal figura do “Governicho”, tendo em vista que Assis Brasil:

Apesar de ter sido um dos directores, talvez responsável principal, do movimento de 12 de novembro de 1891, renegou-o sem demora. Passando o governo a Barros Cassal, retirou-se do Estado, indo reassumir o seu cargo de ministro brasileiro em Buenos Aires. (ROSA, 1928, p.148).

João de Barros Cassal segue sendo uma figura pouco estudada e controvertida na história do Rio Grande do Sul e, se Othello Rosa manifesta uma opinião pouco favorável ao seu governo, alguns trabalhos o enaltecem:

O período de 12 de novembro de 1891 a 17 de junho de 1892 foi preenchido pelo governo de Cassal e Barreto Leite, a única administração honesta e digna que teve o Rio Grande do Sul depois da República, não obstante os seus erros, talvez inevitáveis na ocasião, por circunstâncias inerentes ao momento histórico em que teve lugar (CABEDA e COSTA, 2002, P.53).

Logo, de posse da documentação de sua maior liderança, olhemos apenas alguns exemplos de ações, especificamente direcionadas a cargos públicos, buscando constituir uma estrutura de apoio de tão conturbado e breve período.

1 O Arquivo Particular João de Barros Cassal

Embora o nome do conjunto de documentos remeta a arquivo privado, o acervo não contém documentos pessoais, constituindo-se, basicamente, do registro de ações diretamente relacionadas às atividades de Barros Cassal na vice-governança do Estado.

Não existe um termo de doação dos documentos, sendo provável que sua origem seja a mesma de boa parte do acervo do Arquivo Histórico, ou seja, documentação originária de arquivo corrente do Poder Executivo que, por razões diversas, sobreviveu ao descarte.

O recente rearranjo da documentação deve-se a que estava numerada de forma simples, sem descrição de seu conteúdo e tampouco divisões em séries, o que dificultava a pesquisa. Realizou-se, então, uma limpeza nos documentos, procedendo-se sua leitura, divisão e descrição. O estado dos mesmos é bom, levando-se em consideração a fragilidade do seu suporte, ou seja, o papel.

Sucintamente, descrevo as operações do novo arranjo do Arquivo Particular João de Barros Cassal: organização dos documentos, uns em relação aos outros; as séries, umas em relação às outras; numeração de identificação aos documentos; colocação em maços e caixa; ordenação nas estantes.

O nível de descrição é definido como Arquivo Particular, com três séries, totalizando nove maços, acondicionados em uma caixa-arquivo. O período abrangido pela documentação compreende os anos de 1891 e 1892.

Levando em consideração que a documentação mesclava diversas procedências e interesses, não se efetuou descritores nas séries de números 1 e 2, à medida que a quase totalidade dos escritos misturavam diferentes assuntos; indicamos apenas os nomes próprios e o local. O destaque a alguns conteúdos poderia prejudicar as possibilidades de pesquisa de outros, bem como o sumário de todos os assuntos seria inviável em boa parte dos casos. A síntese foi realizada apenas na série 3. Dessa forma, os documentos estão organizados em séries de correspondências enviadas, recebidas e documentos diversos.

2 O que nos mostram os documentos

Os documentos do Arquivo Particular João de Barros Cassal constituem-se de cartas, bilhetes, fragmentos de diversos escritos, atas, proclamações, documentos relacionados à vida política em geral, além de rascunhos de documentos legais. Todos pertencem ao ano de 1892 e estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Iniciemos com uma carta de J. F. de Azevedo Penna, enviada de Bagé para Barros Cassal, em 29 de fevereiro.

Após elogios à forma como Barros Cassal conduz o comando do Estado, o missivista expõe seu apoio à substituição do funcionalismo público:

Não sou dos que entendem que a mudança de governo deva trazer como consequência a substituição de todo o funcionalismo, porem, nas circunstancias actuaes, em que os adversários de tudo fazem política, como o próprio Governo o reconhece pelo seo acto suspendendo as garantias dos funcionários públicos, penso que devem ser substituídos aquelles que tão mal comprehendem seos deveres. Nestas circunstancias é que tomo a liberdade de pedir a sua intervenção e lembrar-lhe as indicações feitas pelo Coronel José Bonifacio da Silva Tavares para a mesa de rendas estaduaes desta Cidade”. (APJBC 1.K303.5.1).

Ou seja, a utilização de cargo público para o exercício de influência nos assuntos de Estado apenas é considerado “política” quando se refere aos adversários. A denúncia e solicitação de substituição do adversário por alguém confiável, indicado por correligionários é visto como exercício correto de cidadania.

É pertinente voltarmos ao presente e complementar este comentário com a análise do Professor José Luiz Pagnussat, da Escola Nacional de Administração Pública de Brasília, que assim se manifestou sobre as trocas incessantes de pessoas nos cargos do serviço público:

O maior preço que se paga é que, cada vez que se troca um chefe, grande parte da equipe é mudada, e essa alta rotatividade atrapalha a execução de políticas de médio ou longo prazo. O resultado é a ineficiência. Como comparação, ele conta que, quando se troca um governo num regime parlamentarista europeu, não se mudam mais do que 50 cargos, normalmente (apud PIAIA, acessado em 07/04/2011).

Retornando à República Velha, a vigilância constante de apoiadores e correligionários a toda a possibilidade de ocupar cargos públicos ancorava-se no discurso de defesa do poder constituído, bem como na denúncia da ameaça castilhistas, conforme o modelo abaixo, do missivista Baptista Xavier, de Cachoeira do Sul, em cinco de abril, dirigida a Barros Cassal:

Escrevo-lhe esta a pedido de João Jorge, que se acha doente, e de outros companheiros que se acham descontentíssimos com a designação do alferes André Antonio de Moraes para commandante da secção policial d’aqui. Esse official trouxe recommendações para os Chefetes Castilhistas d’aqui; vive em conciliabulos com elles. (APJBC 1.306.5.1).

Mas, por vezes, o conjunto documental oferece-nos exemplos de que muitos, talvez por uma visão política de maior alcance, vislumbravam o retorno do líder castilhistas e procuravam livrar-se do cargo público, a fim de não sofrer retaliações, futuramente. Em vários desses casos, o próprio Barros Cassal apela a que permaneçam, não pelo seu Governo, mas por um suposto espírito civilista. É o que faz em 18 de março, quando dirige uma resposta a Apollinario, ocupante de importante cargo público:

Surpreendeu-me hontem o recebimento do officio em que pedes demissão do cargo de director geral da instrução publica.....Fallo ao

teu patriotismo, que naturalmente te impulsará a não recusares ao governo amigo a tua cooperação valiosa (APJBC 2.429.8.1)

A essas alturas, Barros Cassal pressentia a derrota iminente e, transferindo o poder a Barreto Leite, seguia ao interior do Estado, na vã tentativa de mobilizar apoios.

Em breve, todos os seus atos seriam revogados, quando Victorino Monteiro, na condição de novo Presidente do Estado, conduzido através do Decreto de 18 de junho de 1892, declarou “insubsistentes todos os actos posteriores a 12 de novembro de 1891 e, por decreto de 5 de julho, convocou para 14 do mesmo mez a Assembléa dos Representantes”. (ROSA, 1928, P.161).

Considerações finais

Na verdade, esta pequena amostra apenas nos confirma que a prática clientelista se fortalece no sistema republicano que se instaura. Mesmo que inserido em uma suposta modernidade, que afastaria uma estruturação como o Império escravagista, velhas práticas e relações apenas mudam sua superfície. O Estado continua, até os nossos dias, sendo apropriado por poucos com privilégios, por estarem próximos ao poder constituído. Após a República Velha, com a inserção do concurso como imperativo republicano do ingresso no serviço público — onde todos os cidadãos concorrem nas mesmas condições de igualdade —, verifica-se que esse princípio é constantemente derrubado por indicações baseadas na consonância política, em uma das formas pelas quais se traveste o clientelismo.

Conforme Nunes (2003), a cultura do clientelismo surge como um padrão de troca que não exige como condição necessária, a presença do agrarismo e do atraso oligárquico. Como padrão específico de troca social, aquele pertence à modernidade e manifesta compatibilidade com outras formas de configuração social:

A interação recíproca entre as gramáticas do clientelismo e do corporativismo já indicam que a metáfora das camadas arqueológicas deve ser reparada. Não se trata mais de superposição, mas de articulação e de desenvolvimento combinado (Nunes, 2003, p.44).

E é esta gramática, no sentido de diferentes combinações culturais e elementos dentro de uma mesma estrutura, que nos permite compreender porque em um curtíssimo período de tempo, uma figura fundamental ao Governicho, como João de Barros Cassal,

Poder político e empreguismo no “Governicho”: analisando alguns documentos do acervo de João de Barros Cassal
Rejane Silva Penna

tenha, entre a quase totalidade de documentos preservados, pedidos de emprego, solicitações de cargos, denúncias sobre adversários ocupando locais cobiçados nas instituições públicas e respostas às indicações políticas.

Referências Bibliográficas

CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. *Os crimes da Ditadura: a história contada pelo dragão*. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial, 2002.

FRANCO, Sergio da Costa. *Cadernos de História*. Memorial do Rio Grande do Sul, Nº 13, [s/d].

GUNTER AXT. *Constitucionalidade em debate: a polêmica Carta estadual de 1891. Justiça & História*, Porto Alegre, 2002.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Brasília/DF: ENAP, 2003.

PENNA, Rejane. GRAEBIN, Cleusa. Arquivo Particular Júlio de Castilhos: cartas, bilhetes e anotações pessoais como fontes históricas. *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 1-19, jun. 2009

PIAIA, Ivaldico. *Cargos de confiança no Brasil*. Disponível em:

<http://www.artigonal.com/doutrina-artigos/cargos-de-confianca-no-brasil-1046685.html>

Acessado em 07/04/2010.

ROSA, Othello. *Julio de Castilhos: Escriptos Políticos com perfil biographico*. Porto Alegre: Editora da Livraria do Globo, 1928.

Fontes Primárias:

Arquivo Particular João de Barros Cassal. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

¹ Doutora em História (PUCRS). Historiógrafa do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade, Imigração e Urbanização (PUCRS/CNPq). Pesquisa sobre memória social, história institucional e migrações urbanas.